

# EUROPA

## Um novo ciclo



**Edite Estrela**

O Parlamento Europeu (PE) tem um estatuto e um modelo de funcionamento singulares, não comparáveis com os parlamentos nacionais nem com as outras instituições europeias. O PE representa 500 milhões de cidadãos e é a única instituição europeia eleita diretamente pelos eleitores dos 27 Estados-membros. É assim desde 1979. Por outro lado, o PE elege o Presidente da Comissão (CE) mediante proposta do Conselho e aprova a Comissão no seu conjunto, pelo que também a pode demitir. A iniciativa legislativa compete à CE, mas a competência legislativa pertence ao PE e ao Conselho Europeu. Com o Tratado de Lisboa, o PE passou a ser colegislador em pé de igualdade com o Conselho relativamente a 95% da legislação referente à maior parte das políticas europeias e em matéria orçamental. Ou seja, enquanto não houver acordo entre as duas instituições, a nova legislação não

poderá entrar em vigor. É por isso que a minha proposta de revisão da Diretiva sobre a Licença de Maternidade, apesar de ter sido aprovada pelo PE em outubro de 2010, continua à espera que o Conselho se pronuncie oficialmente.

O mandato do PE é de cinco anos. A sétima legislatura começou em 2009 e termina em 2014. Mas há uma especificidade do PE sem paralelo em nenhum parlamento nacional. A meio do mandato tudo pode mudar (menos eleger novos deputados). Em teoria, porque na prática e em nome da estabilidade as mudanças cingem-se ao essencial. A meio do mandato, há sempre eleições para os diferentes cargos. Foi o que aconteceu esta semana em Estrasburgo. Foi eleito um novo Presidente: o polaco Jerzy Buzek do Grupo do Partido Popular Europeu foi substituído pelo alemão Martin Schulz, ex-líder do Grupo Socialista. Esta alteração implicou uma redistribuição dos lugares dos catorze vice-presidentes, segundo o método de Hondt, o que não impede as candidaturas espontâneas, que são igualmente sujeitas a votação. O resultado da votação e a hierarquização dos eleitos têm implicações na atribuição dos pelouros. Politicamente relevante (e surpreendente, uma vez que o Grupo

Socialista não é o maior) o resultado da eleição dos vice-presidentes: os três candidatos socialistas foram os mais votados, pelo que terão direito aos pelouros de maior responsabilidade. Outra surpresa digna de registo foi o resultado da eleição dos questores. Havia sete candidatos para cinco lugares e os socialistas conseguiram eleger dois, apesar de a aplicação do método de Hondt lhes atribuir apenas um. Esta foi uma boa semana para os socialistas que somaram vitórias sucessivas.

Com a saída de Martin Schulz para a Presidência do PE, os socialistas europeus elegeram o novo líder e os novos vice-presidentes do Grupo. Apresentaram-se três candidatos: Catherine Trautmann, Stephen Hughes e Hannes Swoboda. A disputa foi renhida e a campanha interessante. O austríaco Hannes Swoboda foi o escolhido para suceder a Martin Schulz. E como esta foi a semana de todas as eleições, também eu fui reeleita Presidente da Delegação dos socialistas portugueses no PE.

Mais importantes que as mudanças de cadeira são as alterações políticas subjacentes. Martin Schulz é o homem certo, no lugar certo e no momento certo. As suas qualidades pessoais e políticas vão

fazer a diferença. Com ele na presidência, o PE vai ter uma voz corajosa e respeitada que se fará ouvir à mesa das negociações. A sua conterrânea Angela Merkel vai encontrar pela frente alguém com grande experiência política, com pensamento próprio, que diz o que pensa e que não baixa a cerviz. E o que Martin Schulz pensa sobre a crise e as vias para a debelar não é o mesmo que pensam Sarkozy e Merkel. Estou certa de que vamos assistir a mudanças positivas no diálogo institucional. Nem tudo ficar como dantes já é uma boa notícia.

Hannes Swoboda é um político experiente, corajoso e sensato. Conhece bem o Grupo Socialista, o PE e a política europeia. Nas suas primeiras intervenções, esteve à altura das expectativas. Falou claro e bem, delimitando o território ideológico dos socialistas e imprimindo na atitude e no discurso a sua marca distintiva. Bom começo, portanto, que prenuncia um bom desempenho na liderança da bancada socialista.

A Europa precisa de lideranças fortes. Pessoas de convicções e determinadas. Que incutam confiança. Martin Schulz e Hannes Swoboda têm essas características. Eles vão ser atores importantes neste novo ciclo. Boa sorte, Presidentes.

### Martin Schulz eleito presidente do PE



O socialista alemão Martin Schulz foi este mês eleito, em escrutínio secreto e por uma larga maioria de votos expressos, presidente do Parlamento Europeu (PE) para a segunda metade da legislatura. Martin Schulz obteve uma votação de 387 votos a favor, contra respetivamente 142 e 141 obtidos pelos candidatos conservador e liberal britânicos. Com esta eleição, e num período de crise complexo e difícil, abre-se uma esperança para a Europa. O perfil de Martin Schulz vai fazer a diferença. Desde logo quebrando a hegemonia da direita na liderança institucional e assegurando a representação da esquerda democrática ao mais alto nível com os seus valores, princípios e ideias. Com ele na presidência, o PE não vai prescindir de exercer em pleno as suas competências previstas nos Tratados, no diálogo com a Comissão e o Conselho e far-se-á ouvir e respeitar à mesa das nego-

ciações. Os socialistas portugueses congratulam-se com a eleição de Martin Schulz. Devido ao seu perfil pessoal e político, os socialistas consideram que o político alemão é o homem certo para a função exigente que vai desempenhar nos próximos dois anos e meio.

### Hannes Swoboda, líder do Grupo Socialista no PE



Também este mês os Socialistas Europeus renovaram a sua liderança, tendo sido eleito o austríaco Hannes Swoboda presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu. Economista membro do Partido Social-Democrata austríaco, Hannes Swoboda foi deputado no Parlamento Estadual, na Assembleia Municipal de Viena, vereador, e desde 1996 deputado ao Parlamento Europeu onde assumiu a Vice-Presidência do Grupo Socialista.

### Edite Estrela reeleita presidente da delegação portuguesa



Os deputados socialistas portugueses reelegeram este mês, por ampla maioria, a deputada Edite Estrela para a presidência da Delegação Portuguesa do Grupo Socialista. Edite Estrela

vê assim reconfirmada até ao fim do mandato a confiança política que os deputados lhe reconhecem na coordenação de toda a equipa socialista no Parlamento Europeu. Durante a primeira metade da legislatura, Edite Estrela soube coordenar os deputados socialistas portugueses nos momentos historicamente conturbados da construção europeia. O balanço do trabalho desenvolvido até esta eleição é francamente positivo e os deputados da delegação têm sido protagonistas em dossiês chave da legislatura. Esta reeleição é garante do aprofundamento do trabalho de liderança política levado a cabo pela deputada.

# Presidência Dinamarquesa: Uma lufada de ar fresco

**Capoulas Santos**

Iniciou-se em 1 de janeiro a Presidência Dinamarquesa do Conselho da União e a sua Primeira-ministra, Helle Thorning-Schmidt, apresentou, no dia 18, em Estrasburgo, o programa para o primeiro semestre de 2012. Recordo que a PM dinamarquesa é, com os chefes de governo da Áustria e da Bélgica, um dos únicos primeiros-ministros socialistas numa Europa que, sobretudo depois do alargamento a leste, se tem vindo a transformar num imenso espaço onde pontificam governos de cariz liberal e conservador, nalguns casos a roçar os limites da ausência de democracia, como são, infelizmente, os casos da Roménia, da Bulgária ou da Hungria.

O discurso, a determinação e a boa presença da primeira-ministra dinamarquesa surpreenderam e encantaram, tornando bem evidente a diferença de perspetiva e de atitude dos socialistas e dos conservadores perante a crise que afeta a Europa, assim como a forma de sair dela. Há muito tempo que não se ouvia no PE, vinda de um chefe de governo, a palavra solidariedade dita com tanta convicção e a afirmação



tão vincada dos valores europeus. Todos sabemos que a margem de manobra da presidência para impor a agenda europeia ou as decisões do Conselho é limitada, mas ela existe, quando há determinação, como o ilustra com eloquência a última presidência portuguesa de 2007. Aí estão, para o comprovar, o Tratado de Lisboa, a Cimeira UE/África ou a elevação do estatuto de parceria do Brasil com a UE.

O programa da presidência é ambicioso e aliciante, assenta na aposta no retorno ao espírito europeu, no crescimento e no emprego e na segurança, procurando quanto a esta questão dissipar a má imagem deixada pelo governo conservador cessante na Dinamarca, que chegou a fechar fronteiras para combater a imigração. "Crescimento Verde", "Responsabilidade", "Europa Dinâmica" e "Europa

Segura", são os slogans através dos quais se chama a atenção para as prioridades dinamarquesas.

Para lhe dar expressão concreta, a presidência, terá de dar sequência à aplicação dos seis atos legislativos que visam criar condições para a "governança" económica da UE e às medidas que favoreçam o crescimento, assim como o adiantamento da negociação das perspetivas financeiras para 2014/2020 e das reformas das políticas a elas mais diretamente associadas como a agricultura, as pescas e a coesão. Porém, como tudo na vida, não há bela sem senão. A apresentação do programa da presidência foi ensombrado pelas declarações da ministra das finanças dinamarquesa, oriunda do parceiro liberal do governo do país, mostrando reticências sobre a aplicação da taxa sobre as transações financeiras que tem sido cavalo de batalha dos social-democratas europeus. Uma coisa, porém, é certa, a PM dinamarquesa não deixou escapar esta primeira oportunidade para causar boa impressão. Vamos ver, daqui por seis meses, se as concretizações estiveram á altura das ambições da sétima presidência do Reino da Dinamarca.

## A juventude e o conhecimento em prol da competitividade e do desenvolvimento

**Luís Paulo Alves**

Atualmente, assistimos na UE a mais desemprego de longa duração, a mais precariedade e a um maior risco de pobreza. A juventude europeia é quem mais sofre com a atual crise, sobretudo porque a crise económica travou a criação de emprego. Assistimos hoje a níveis de desemprego jovem históricos, cerca de 21% (Portugal apresenta em 2011 um valor ainda mais alto: 28,7%), afetando mais de 5 milhões de jovens na UE-27 - um quinto dos que estão no mercado de trabalho - e com tendência a aumentar.

Urge devolver a esperança a esta geração e as instituições públicas têm o dever de encontrar respostas a este fenómeno de quebra de confiança no presente e no futuro, com implicações gravíssimas a médio-longo prazo. Se hoje se destrói ou adia a possibilidade dos jovens construírem um projeto de vida, também os Estados e a UE desperdiçam competências indispensáveis e preciosas da geração mais qualificada de sempre. Num mundo globalizado, de potências económicas emergentes, a UE perde assim know-how e capacidade competitiva com esta geração ausente do mercado de trabalho.

Como tal, deve a UE tomar medidas a curto prazo, entre as quais:

- A Comissão Europeia, o Banco Europeu de Investimento e o Banco Central Europeu devem criar oportunidades e políticas ativas para jovens inovadores e empreen-



dedores, que garantam financiamento às nossas empresas, sobretudo PMEs;

- Flexibilizar (e não fragilizar como se está a fazer em Portugal) com segurança o mercado de trabalho;

- Alargar o Instrumento de Microfinanciamento Europeu «Progress» que deve ser bem divulgado e dotado do financiamento adequado;

- Promover o conhecimento e a mobilidade, nomeadamente, aumentando o potencial de programas de intercâmbio como o Erasmus para Todos;

- Aumentar os contactos que a rede EURES disponibiliza;

- E aumentar as oportunidades de estágios remunerados na UE.

Por outro lado, a UE já definiu a sua estratégia de médio prazo no domínio do Conhecimento e Portugal não a deve per-

der de vista. A Europa entende que, em 2020, precisará de ter 35% dos cidadãos empregados com qualificações superiores (dos 30 aos 34 anos Portugal tem 23,5% de cidadãos com Ensino Superior completo, a UE-27 tem 33,6% e o seu o alvo para 2020 são os 40%). Em Portugal, a despesa de 2012 com a Educação, será a mais baixa da UE-27, em percentagem do PIB, e as propinas continuam a aumentar: de cerca de 6€, antes da nova lei, para um valor médio de 300€ em 1995 e de 900€ em 2005, enquanto hoje, quase todos os estabelecimentos públicos, confrontados com um crónico subfinanciamento estatal, aplicam a propina máxima, acima dos 1000€. Uma situação que na atual conjuntura, pode conduzir a mais abandono precoce (Portugal é o segundo pior país da UE nesse indicador, com 28,7% de abandonos,

quando a UE-27 tem uma média de 14,1% e definiu o objetivo de atingir menos de 10% em 2020).

Os países emergentes e as grandes potências investem também cada vez mais em I&D. Portugal, com 1,59% está abaixo da média europeia que investe 2% do PIB, menos de metade do investimento em percentagem do PIB de países como os EUA e o Japão, enquanto a China nos últimos anos já ultrapassou todos em número de investigadores. Com efeito, a UE definiu um objetivo até 2020 - os Estados Membros deverão investir em I&D no mínimo 3% do PIB, com os fundos para esta rubrica a aumentarem no próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Em Portugal, o Governo deve, portanto, ter outra estratégia para a Educação e para a Investigação e concomitantemente, outro discurso e estratégia para a Juventude. A centralidade da Economia do Conhecimento que a Estratégia Europa 2020 introduz e o recrutamento de jovens quadros serão apostas benéficas para os Estados e para as empresas, que só com valor acrescentado se diferenciam nos mercados. Esse rasgo de ousadia reforçará a nossa economia, de modo a criar emprego. Neste sentido é absolutamente indispensável criar condições para que os jovens e empresários portugueses empenhem os seus esforços em Portugal e não precisem de emigrar. Só assim os nossos jovens terão uma vida normal, diminuiremos as disparidades em Portugal e no seio da UE, e fomentaremos a coesão social e a esperança no futuro.

# Mais um Tratado, para quê?

**Elisa Ferreira**

É verdade, vamos ter mais um Tratado na União Europeia! Tratar-se-á, desta feita, de um acordo entre Estados. Com efeito, e na linha das Cimeiras anteriores, os Chefes de Estado e de Governo da Zona Euro voltaram a concluir, no passado dia 9 de dezembro, que os compromissos entre os países do Euro sobre o défice e a dívida ainda não estavam suficientemente assumidos, nem os mecanismos de controlo eram suficientemente rígidos nem as sanções por incumprimento suficientemente fortes. É o chamado "Compacto Fiscal". Apenas duas semanas antes, a 23 de novembro, tinha sido publicado no Jornal Oficial o novo pacote de legislação sobre o mesmo tema (o "Six Pack"), após um trabalho intenso realizado no Parlamento Europeu e do qual dei nota enquanto relatora (artigos de abril e junho 2011). Exatamente no mesmo dia, a 23 de novembro, a Comissão Europeia apresentou mais dois textos legislativos, de novo reforçando os procedimentos de controlo e penalização por incumprimento do défice e dívida, aqui com inovações como a inclusão, entre as sanções, da perda de todos os Fundos Estruturais (a acrescer às sanções pecuniárias que, no "Six Pack", podem ascender a 1% do PIB). Destes dois novos textos procurarei dar conta, de novo enquanto relatora, bem como da sua evolução e da sua relação com o novo Tratado (ele próprio ainda em versão provisória). Mas, e entretanto, não será exagero considerar

que a resposta do Conselho e da Comissão à crise é hoje a de uma autêntica avalanche legislativa, sempre centrada na consolidação (mesmo que forçada e de curto prazo) das finanças públicas.

A receita é, assim, recessiva e imposta à custa de sanções, enquanto o outro lado da história – as iniciativas na área do crescimento, da convergência e do emprego – continua a não passar do discurso político para a iniciativa concreta. O argumento permanentemente usado é de que esta estratégia é a única que "dará confiança aos mercados". Mas o novo ano trouxe algumas novidades nesta matéria, de entre as quais destaco o ataque dos "mercados" – os tais a quem tentamos agradar – através de uma baixa de notações que já não visa países pontuais mas a Zona Euro em bloco (9 membros atingidos, incluindo um dos pilares, a França); hoje, já só um grande país, a Alemanha, é considerado seguro, na companhia do pequeno núcleo Luxemburgo, Holanda e Finlândia. Após esta degradação, também o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (vocado para ajudar a "salvar" países e bancos) perdeu "rating" e solidez.

Tudo isto porquê? A justificação dada pela Standard & Poor's (S&P) é longa e articulada, podendo ser encontrada em <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles>. No essencial, ela centra-se no deficiente diagnóstico das instituições europeias quanto ao problema da Zona Euro, de falta de liderança política e, conseqüentemente, de ausência de remé-



dios apropriados. Tempos atrás, ninguém acreditaria que seria a S&P a escrever frases como esta: "Consideramos que um processo de reformas que assentam apenas num pilar de austeridade orçamental se arrisca a ser auto-destrutivo, com a procura doméstica a baixar à medida que aumenta a preocupação dos consumidores com a segurança do emprego e rendimento disponível, reduzindo as receitas fiscais"; ou, acerca das conclusões da Cimeira de 9 de dezembro, críticas tão assertivas como: "[A Cimeira] concentrou-se no que consideramos ser uma abordagem desequilibrada ao enfatizar a

austeridade orçamental sem um programa forte e consistente para estimular o potencial de crescimento das economias da Zona Euro".

Quando até as agências de notação se veem hoje obrigadas a repetir um discurso idêntico ao que os socialistas fazem desde que a crise começou, que mais terá de acontecer para que Conselho e Comissão reconheçam que têm estado a correr desesperada e obcecadamente na pista ao lado? Há já quem diga que teremos mesmo de esperar pelas eleições francesas, o problema é se não poderá ser demasiado tarde...

## Problemas constitucionais do novo Tratado

**Vital Moreira**

Um Tratado intergovernamental, destinado a reforçar a disciplina orçamental, a integração das políticas económicas e a governação da zona euro, está a ser negociado à margem dos Tratados da UE e logo à margem dos procedimentos da revisão destes. Esta iniciativa visa contornar o veto do Reino Unido à revisão dos Tratados, na cimeira de dezembro. Este Tratado levanta vários problemas constitucionais.

O primeiro é o de saber se ele é mesmo necessário para realizar os referidos objetivos, qualquer que seja o juízo sobre estes (que considero pertinentes mas que ficam aquém de uma verdadeira e necessária "união orçamental"). Aqui a resposta é sem dúvida positiva: se se quer ir mais além do que os atuais Tratados naquelas áreas, os seus objetivos não podem ser obtidos por via de legislação, como alguns defendem, visto que não há base constitucional suficiente nos atuais Tratados da UE. De resto, a intenção inicial era mesmo rever os Tratados para esse efeito. Se era necessária uma revisão é porque os referidos objetivos não podiam ser alcançados



na base dos atuais Tratados. Todavia – e este é o segundo problema –, o novo Tratado, pretendendo ir mais além do que os atuais Tratados em matéria de disciplina orçamental, de coordenação das políticas económicas e da governação da zona euro, não pode porém ser incompatível com eles, nem quanto ao conteúdo nem quanto aos procedimentos. Por uma

simples razão: os países que não se submeterem ao novo Tratado – desde logo o Reino Unido – continuarão sujeitos apenas aos Tratados em vigor, e não faria sentido haver direitos e obrigações incompatíveis para diferentes Estados-membros sobre a mesma matéria. Uma coisa é ir "para além de", outra coisa é "ir contra", estabelecendo regimes incompatíveis.

Uma consequência dessa exigência consiste em que o novo Tratado só pode ser aplicado e implementado, sob pena de incongruência, pelas próprias instituições europeias, ou seja, o Parlamento, o Conselho, a Comissão e o Tribunal de Justiça. Sucede, porém – terceiro problema –, que estes foram criados e estão vinculados pelos atuais Tratados, para levar a cabo as competências e poderes neles estabelecidos. Como é possível que um outro Tratado, fora dos Tratados da UE, possa acrescentar novos poderes às mesmas instituições? Como é evidente, isso só pode ocorrer se houver um "gentlemen's agreement", expresso ou tácito, entre todos os Estados-membros da UE, incluindo os que não se vincularem ao novo Tratado, no sentido de não suscitarem a questão da ilegitimidade da utilização das institui-

ções da UE para implementar um Tratado "exterior" à União.

A questão, todavia, pode ser mais delicada no caso do Tribunal de Justiça, que nos termos do novo Tratado vai poder ser chamado a verificar se os Estados a ele vinculados cumprem a obrigação de incluir no seu direito interno a regra do equilíbrio orçamental e o mecanismo de correção automática dos desvios (de acordo com um modelo aprovado pela Comissão), bem como o poder de aplicar sanções pecuniárias aos que não cumpram essa obrigação. De facto, o próprio Tribunal, que foi instituído pelos Tratados da UE para os fazer respeitar, terá de verificar se é competente para desempenhar essas funções adicionais, não constantes dos Tratados. Seja como for, o novo Tratado, criando uma espécie de "cooperação reforçada" exterior aos Tratados em matéria de integração orçamental e económica, vem claramente alterar a arquitetura da União, criando uma esfera adicional de integração entre os Estados que o adotarem, tornando ainda mais complexa a sua "leitura" pelos cidadãos. Com isto a União torna-se ainda mais do que já é uma organização a várias velocidades.

# Energias



**António  
Correia  
de  
Campos**

Está em apreciação no Parlamento Europeu (PE) a proposta de regulamento, em codecisão, apresentado pela Comissão Europeia (CE) ao Parlamento e ao Conselho, relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias. Este regulamento irá revogar uma decisão de 2006 e foi precedido de um importante trabalho sobre a segurança do abastecimento da Europa em gás natural (Vidal Quadras), por um documento estratégico da Comissão Europeia para uma rede europeia integrada de energia e da subsequente posição do Parlamento Europeu corporizada no relatório de iniciativa sobre prioridades para infraestruturas energéticas para 2020 e mais além (Sosa Wagner). O quadro geral consiste na plena integração do mercado interno de energia, assegurando que nenhum Estado-Membro (EM) fique isolado da rede europeia, contribui para o desenvolvimento sustentável e a proteção

do ambiente. Para tal procura-se reduzir em 20% as emissões de gases com efeito de estufa, aumentar em 20% a eficiência energética e atingir uma quota de 20% de energia a partir de fontes renováveis, garantindo a segurança do aprovisionamento e a solidariedade entre os estados membros. Desta forma se contribuirá para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, proporcionando benefícios para toda a UE, em termos de competitividade, e de coesão económica, social e territorial (Estratégia UE 2020). O signatário é relator deste regulamento.

Portugal tem especial interesse neste regulamento. A nossa geografia pendura-nos num extremo da Europa, para o mal e para o bem, dotou-nos de regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira) e mantém-nos até à data sem recursos energéticos de origem fóssil mas com razoáveis e incompletamente explorados recursos hídricos, e elevado potencial de origem eólica e solar. No gás, conseguimos em pouco tempo garantir a diversificação das fontes e o armazenamento estratégico. Nos últimos seis anos tivemos uma efetiva política nacional de energia, com a retoma da construção do plano de barragens, com rápido crescimento da energia eólica, apoiado por uma

indústria nascente e já exportadora, e com desenvolvimento rápido da energia solar, generalizada a PME e a micro-produtores. Conseguimos colocar-nos na ponta do progresso nas redes inteligentes, em alta e na distribuição, na instalação de contadores inteligentes (o caso de Évora é internacionalmente elogiado), na disseminação rápida de uma rede de carga de baterias para carros elétricos e na tentativa de criação de uma indústria a eles associada, com um projeto de construção de uma fábrica de baterias ligada a um dos líderes mundiais dessa indústria.

A mudança de governo está a destruir aos poucos este trabalho. Atirando culpas à Troika, foi congelado o incentivo financeiro à compra de carros elétricos e prestada pouca ou nenhuma atenção à fábrica de baterias, cujo parceiro já desertou do projeto. O ministério que tutela o ambiente declara que deve ser parado o esforço nas renováveis para concentrarmos recursos na eficiência energética. Os ambientalistas, sob o olhar benevolente da maioria parlamentar, estão a sapor o projeto de barragem no Rio Tua. Surgem críticas desinformadas sobre o custo da subvenção à micro-produção de renováveis, sobretudo a eólica, em nome da suposta defe-

sa do consumidor de eletricidade. Para completar o quadro, a produtora nacional de eletricidade foi "privatizada", mas "nacionalizada" por uma grande potência estrangeira que em breve a controlará completamente. A empresa que detém as redes de gás e eletricidade está também à venda em um quarto do seu capital, primeiro passo para a perda total de controlo nacional e europeu sobre ela.

A situação é verdadeiramente preocupante, em termos de soberania nacional e europeia. O relatório Sosa Wagner recomenda "que se preste atenção à propriedade das infraestruturas energéticas por companhias estrangeiras, ou suas subsidiárias, sem uma estrutura de gestão transparente, sujeita a influências indevidas de governos estrangeiros", recomendando que "a Comissão apresente propostas para montar salvaguardas legais e institucionais adequadas, sobretudo quando está em causa o acesso a fundos públicos da UE". Para os decisores nacionais, obcecados por metas financeiras de curto prazo, impostas por uma comissão de controlo (Troika) a quem não incumbe a defesa da política europeia de energia, nada disto parece contar. Custa a crer, mas é verdade.

## Responder à crise implica mais Europa no mundo



**Ana  
Gomes**

Os europeus precisam de acordar para a urgência de integração política nas relações externas da União. O Tratado de Lisboa trouxe inovações, em especial a criação de um serviço diplomático europeu, mas os 27 governos e as instituições da UE não conseguiram ainda pôr em prática uma estratégia coerente, fundada nos princípios, nos interesses e nos objetivos da União no mundo e para o mundo. Pelo contrário, a crise económico-financeira vem exibindo a fraqueza da UE, quando a resposta à crise - e a própria segurança europeia - exigem mais Europa internamente e também nas suas relações com o resto do mundo.

A economia europeia não recuperará competitividade se a UE continuar sem ambição e estratégia para resolver conflitos com implicações para o seu aprovisionamento energético, além de para a paz mundial (Israel-Palestina e Irão à cabeça, mas também o Sahara Ocidental, que poucos preocupa). Se continuar com políticas de comércio internacional que fomentam o "dumping" social e fiscal e

tomam os membros ricos da zona euro cada vez mais ricos, enquanto desindustrializam os mais pobres (veja-se a divergência estrutural entre as economias de Portugal e da Alemanha, por exemplo). Se for incapaz de ajudar a vizinha "primavera árabe" a não degenerar em violência e pressões migratórias, antes a ajudando a florir democrática mas também economicamente; se negligenciar o potencial explosivo de sociedades em crescimento acelerado, tanto como a corrupção e desigualdade, de Luanda a Pequim. Se continuar a negligenciar a regulação financeira a nível global, deixando proliferar os paraísos fiscais que protegem a evasão fiscal e outra criminalidade e arrasam a intervenção estatal sobre as próprias economias nacionais.

Nenhum governo europeu, por mais frenetismo que ponha na diplomacia económica ou na ambição política, vai conseguir alcançar esses objetivos sozinho, se não contribuir para pôr a UE a atuar estrategicamente e a fazer valer o seu peso a nível global. Tanto mais que, fora de portas, estão povos também afligidos pela crise económico-financeira, estão mercados onde se ganham balúrdios a especular contra o euro e estão também oligarquias anti-democráticas interessadas em tirar partido de uma Europa em crise, não visando apenas lucros imediatos, mas tecer a sua própria teia de dominação global.

Exemplo bem próximo é a entrada do Partido Comunista Chinês (PCC) na EDP, e possivelmente na REN, facultando-lhe posição determinante num setor crítico para a autonomia estratégica de Portugal, logo também da própria UE. Já se antecipam represálias por Lisboa ou Bruxelas ousarem falar contra a repressão no Tibete ou por ativistas como Liao Xiao Bo, o Nobel preso. E o mais irónico é que a falsa "privatização" destas duas empresas (afinal a participação do Estado português passou para o Estado chinês) foi instigada por um Programa de Ajustamento imposto pela UE. Tal como aquisição pelo PCC parece estar a ser abençoada pela Comissão Europeia...

A tomada de infraestruturas estratégicas, como portos e aeroportos, e de setores de tecnologia avançada - incluindo fabricantes de equipamento militar - em Estados Membros da UE por parte de empresas controladas por uma instituição por definição ditatorial, como o Partido Comunista Chinês, tem óbvias e muito sérias implicações para a política interna e externa da União. Mais, tem implicações para a segurança e defesa da própria União. De resto, agravadas por os Estados europeus estarem perigosamente a desinvestir nas capacidades e na interoperabilidade das suas forças armadas e de segurança, não obstante o Tratado de Lisboa ter pretendido lançar uma

Política Comum de Segurança e Defesa. Com as portas da Europa escancaradas ao capital controlado pela RP China, a UE fica com uma capacidade infinitamente reduzida de exercer pressão diplomática em Pequim ou Moscovo, como já se está a ver com o impasse no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a repressão feroz na Síria, no incitamento ao desafio iraniano em torno do poderio nuclear (e consequente corrida ao mesmo por potências árabes vizinhas), além da chantagem nuclear norte-coreano.

A cedência a desígnios puramente económicos tem um preço, que a Europa pagará caro, não apenas à custa da perda de controlo de infraestruturas críticas para a sua autonomia estratégica, mas à custa de valores e princípios que são fundação da própria UE.

Sem recuperação económica, a UE não contará como ator político global e deixará que alguns dos seus membros sejam capturados por interesses alheios e anti-democráticos pondo em causa os seus valores fundacionais e o objetivo de um mundo regulado e mais justo. Mas só recuperará, se houver determinação política e coerência nas suas políticas económicas, financeiras, comerciais e de desenvolvimento, a nível europeu e global, para isso precisando absolutamente de investir e ousar na Política Externa e de Segurança Comum.